

# POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC n.º 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, n.º 9 1249-087 Lisboa



Por unanimidade e aclamação

## Manuela Ferreira Leite Candidata a Primeira-Ministra e cabeça-de-lista por Lisboa

- Aprovadas as linhas gerais do nosso Programa de Governo
- Relatório e contas de 2008 aprovado
- Os candidatos do PSD à próxima legislatura

Com este Conselho Nacional do PSD, ficam definidas as grandes linhas do combate eleitoral para as eleições legislativas. O PSD nunca baixou os braços e a nossa Política de Verdade, é a grande directriz da Verdade da nossa Política...

O “Povo Livre” voltará a publicar-se na primeira quarta-feira de Setembro, dia 2. Até lá, a todos os Leitores, Amigos e Companheiros, desejamos um descanso feliz e proveitoso, em preparação da luta que nos aguarda. - PL

Por unanimidade e aclamação

## Manuela Ferreira Leite Candidata a Primeira-Ministra e cabeça-de-lista por Lisboa



O Conselho Nacional do Partido Social-Democrata reuniu na terça-feira, 4 de Agosto, num Hotel de Lisboa, tendo como ordem de trabalhos quatro pontos essenciais para o nosso Partido, que foram:

1. Aprovação do Relatório e Contas do ano de 2008 do PSD, nos termos do artigo 18.º, n.º 2, alínea i) dos Estatutos;
2. Aprovação da Proposta, apresentada pela CPN nos termos do artigo 18.º, n.º 2, alínea g) dos Estatutos, referente à candidatura a Primeira-Ministra de Portugal da Presidente do PSD, Dr.ª Manuela Ferreira Leite;
3. Aprovação das Linhas Gerais do Programa Eleitoral de Governo do Partido, nos termos do artigo 18.º, n.º 2, alínea f) dos Estatutos;
4. Aprovação da proposta referente às Listas de Candidatos à Assembleia da República apresentada pela CPN, nos termos do artigo 18.º, n.º 2, alínea g) dos Estatutos.

Os trabalhos começaram pouco depois das 22 horas, e após a abertura da sessão pelo Presidente da Mesa, o nosso companheiro Rui Machete.



### Relatório e contas de 2008 valores comparados com 2007

Entrando directamente no Ponto 1 e tendo já sido distribuído aos Conselheiros o documento relativo ao Relatório e Contas de 2008, o Secretário-Geral, nosso companheiro Luís Marques Guedes teve oportunidade de recordar que as contas do PSD se apresentavam consolidadas com as das estruturas externas, ou seja, as 19 Distritais, as duas regionais (Açores e Madeira) e as três especiais, JSD, TSD, ASP.

Pela primeira vez, contudo, constam em anexo ao relatório, as contas dos nossos Grupos Parlamentares nas Assembleias da República e Regionais (Madeira e Açores).

Não se tendo registado praticamente modificações ao imobilizado, as contas apresentam um passivo diminuído em cerca de 9%, ou seja, aproximadamente um milhão de Euros, de um total da ordem dos 10 milhões e 700.000 Euros.

As contas estão acompanhadas do relatório dos ROC e CGN e foram aprovados por unanimidade dos Conselheiros.

Tentaremos, resumidamente, dar a imagem das contas e relatório aprovados no Conselho. Assim (todos os valores são expressos em Euros,



x 1.000, quando outra leitura não for expressamente indicada):

O Balanço Consolidado indica, para o imobilizado, líquido, em 2008, E5,383, contra E4,940 em 2007 (leia, cinco milhões, trezentos mil e oitenta e três Euros, contra quatro milhões novecentos e quarenta mil Euros). É desta forma que deve o leitor interpretar todos os números que seguem.

O capital circulante manteve-se de 2007 para 2008, em 137 mil euros. Dívidas de terceiros, curto prazo, E 3,589,- em 2008, para 3,102,- em 2007. Adicionando os acréscimos e diferimentos, o total do activo de 2008 é de E 12,680,- contra (em 2007) E 11, 485,- .

Os capitais próprios passaram de E 471 mil, para E 2,176 mil, um substancial acréscimo de cerca de um milhão e setecentos mil euros.

O passivo do PSD, entre dívidas a terceiros a curto, médio e longo



prazo, configura (incluindo acréscimos e diferimentos) E12,680,- em 2008, contra E 11,485,- em 2007.

Se passarmos para a demonstração de resultados para o mesmo período, figuram, nas rubricas de transferências para as estruturas descentralizadas, acções partidárias, fornecimentos e serviços externos, custos com pessoal, amortizações e impostos e custos e perdas financeiras e extraordinárias, encontraremos como resultado líquido do exercício, dez milhões, setecentos e sessenta e dois mil seiscentos e setenta e seis Euros, para nove milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil trezentos e vinte e dois euros, em 2007 (10.762, 676 e 9.475,322, respectivamente).

Em Proveitos e Ganhos, vamos encontrar na “Actividade Corrente”, “Proveitos Públicos”, “Proveitos suplementares e extraordinários”, E10,763,-, em 2008, contra E9,475,-, em 2007, ou seja, o resultado líquido do exercício é positivo em um milhão, quinhentos e quatro mil, duzentos e trinta e três Euros, comparados com setecentos e quarenta e quatro mil, trezentos e cinquenta e quatro Euros negativos em 2007 (E1.504.233 x (-) E44.354.

### **Candidatura de Manuela Ferreira Leite a Primeira-Ministra; as linhas gerais do Programa Eleitoral do PSD**

Apresentados em seqüências os pontos 2 e 3 a candidatura da Presidente a Primeira-Ministra, a decisão de candidatar Manuela Ferreira Leite à chefia do Governo foi aprovada por unanimidade, mas por proposta de Mota Amaral, entusiasticamente aplaudida, a aclamação, adicionada à unanimidade, foi decidida de imediato pelos conselheiros.

Seguidamente a nossa Presidente apresentou as linhas gerais do programa eleitoral do PSD, que são as seguintes:

1. O Programa Eleitoral do PSD tem como objectivo a apresentação das orientações políticas que, merecendo a confiança dos Portugueses, seguiremos quando formos chamados a formar Governo. O Programa Eleitoral do PSD faz escolhas para transformar Portugal. Mais do que ganhar eleições temos que ganhar o País. Daí que as nossas escolhas incidam sobre o que entendemos que pode e deve ser feito para que o País se aproxime do pelotão da frente dos seus parceiros da União Europeia. As nossas propostas políticas são ambiciosas. Ambiciosas, porque queremos renovar a esperança dos Portugueses e porque sabemos que,

para essa renovação, é preciso cumprir todas e cada uma das propostas que apresentamos. E é necessário cumpri-las no prazo de uma legislatura.

Não podemos continuar a hipotecar o futuro dos Portugueses, sobretudo das novas gerações. Temos que os envolver e mobilizar neste processo de transformação de Portugal.

Defendemos uma Política de Verdade e estamos convictos de que só assim combateremos eficazmente a crise e transformaremos Portugal. É com esse objectivo que apresentamos as nossas prioridades políticas, permitindo aos Portugueses uma escolha livre e esclarecida, neste momento importante da nossa vida colectiva.

Recusamos, por isso, o facilitismo dos programas anunciados como catálogos de promessas, algumas agora, de novo, revisitadas mas nunca cumpridas.





Rejeitamos, também, a opção por um manifesto idealista sobre tudo o que gostaríamos de ter, gerador de ilusões e que se esfuma perante o primeiro embate com a realidade.

2. Portugal confronta-se hoje com uma das crises mais graves desde que se tornou num País democrático. Esta crise é, porém, diferente das outras – mais complexa, mais ampla e mais profunda. É, antes de mais, uma crise estrutural, interna, em que é a própria independência económica do País que está em causa.

É uma crise mais complexa porque nos atinge num momento em que as soluções anteriores, de integração europeia, só por si já não bastam. É mais ampla porque enfrenta uma conjuntura internacional grave. E é mais profunda porque não é apenas uma crise económica – é também uma crise social, uma crise de credibilidade da política, uma crise de confiança na justiça, uma crise que encontrou o Governo numa situação de divórcio com as diversas classes profissionais, depois de quatro anos de confrontos e humilhações inúteis.

O País encontra-se numa encruzilhada: ou reforçamos a democracia, credibilizamos a política e adoptamos as medidas correctas para sairmos da crise em condições de reiniciar o crescimento económico e a convergência com a Europa, com mais justiça social; ou insistimos nos mesmos erros políticos e a crise adensar-se-á, tornando-nos progressivamente mais pobres, com a própria estabilidade social e política ameaçada.

Sabemos, os Portugueses sabem, que é possível fazer muito mais. Que é necessário, sobretudo, ter um olhar mais atento por quem mais precisa. Sabemos que é necessário ouvir os Portugueses e o PSD ouviu-os. Agora, é tempo de fazer.

A actual situação não é uma fatalidade. Ela é fruto das promessas apresentadas em catadupa e não cumpridas, de iniciativas avulsas sem uma visão estratégica adequada, da propaganda ofuscante e do condicionamento das liberdades ou, ainda, de “atirar” dinheiro para cima dos problemas, endividando ainda mais o País. A actual situação é o resultado de uma política de duplicidade e de fingimento.

Precisamos de políticas correctas, de prioridades claras e de soluções exequíveis.

É importante definir prioridades e afirmar sem receios onde é necessário romper com os erros do passado. Há que ser transparente nas escolhas políticas. De pouco adianta prometer fazer tudo ao mesmo tempo.



É, sobretudo, com todos os Portugueses que vamos conseguir alterar o actual estado das coisas. E só uma Política de Verdade é compatível com a afirmação clara das prioridades.

3. São quatro as nossas prioridades:

- **Economia.** Criar condições para aumentar o emprego e para melhorar a competitividade das empresas são os nossos objectivos centrais. Recuperar a competitividade, retomar o crescimento e a convergência com o pelotão da frente da União Europeia são premissas não só para atingir aqueles objectivos, como para pôr em prática estas nossas políticas.

- **As Questões Sociais e a Solidariedade.** Aumentar a coesão social – que passa também por uma maior acessibilidade aos serviços de saúde – é fundamental, a par da necessidade imperiosa de se acudir aos problemas mais prementes da pobreza e das desigualdades. Prioritárias são as pessoas. Não nos serve um desenvolvimento que não se alicerce no bem-estar social.

- **Justiça e Segurança.** Recuperar a confiança no sistema judicial e garantir a sua eficácia é uma das metas do PSD para a próxima legislatura. Trata-se de um investimento decisivo, sob pena de todo o tecido social e económico se esboroar. A justiça é o primeiro pilar da garantia e defesa das liberdades. Na segurança é fundamental o reforço da autoridade do Estado, uma efectiva política de prevenção e a melhoria da coordenação dos meios de combate à criminalidade. Sem segurança não há liberdade.

- **Educação.** A educação é a base do livre desenvolvimento da pessoa, o alicerce de todo o nosso desenvolvimento económico, social e cultural. O combate ao facilitismo e a recuperação do prestígio dos professores serão linhas mestras do nosso programa de acção.



## As listas de candidatos às Legislativas por ordem alfabética de Distritos

Entrou-se finalmente no ponto 4, a votação da proposta apresentada pela Comissão Política Nacional da constituição das listas de candidatos a Deputados na próxima legislatura.

Alguns Conselheiros tiveram intervenções sobre a constituição das listas, alguns discordando de personalidades do seu distrito, outros apoiando o critério seguido pela CDM, que - após consulta às distritais - é a “ultima ratio” na composição da equipa candidata.

No final, as listas foram aprovadas com cerca de 60% dos votos dos Conselheiros presentes e coube ao vice-presidente, Aguiar Branco, fazer uma declaração final à Informação.

Disse Aguiar Branco que a direcção do partido está satisfeita com a aprovação das listas de candidatos a deputados por uma “maioria indiscutível”.

“É uma maioria que mostra que o partido está em condições de apresentar uma lista unida e em condições de ganhar os próximos actos eleitorais”, considerou, salientando que a votação foi feita por voto secreto.

Aguiar Branco manifestou confiança de que, depois deste período de “maior tensão”, as divergências serão ultrapassadas.

“Estou certo que a partir de amanhã estamos todos unidos para ganhar as eleições ao Partido Socialista a bem de Portugal”, disse a terminar.

## Os candidatos “Cabeça de Lista”

Ficam aqui registados os candidatos “cabeças de lista” pelos 18 distritos continentais, regiões autónomas dos Açores e Madeira e circunscrições eleitorais da “Diáspora”, Europa e Fora da Europa.

Se desejar saber mais pormenores sobre estes candidatos, poderá fazê-lo consultando o “site” [www.politicadeverdade.com](http://www.politicadeverdade.com) onde encontrará todas as informações relevantes

### AVEIRO



*Fernando Couto dos Santos*

### BRAGANÇA



*José Ferreira Gomes*

### BEJA



*João Paulo Ramôa*

### CASTELO BRANCO



*Carlos Costa Neves*

### BRAGA



*João de Deus Pinheiro*

### COIMBRA



*Paulo Mota Pinto*

ÉVORA



*Luís Capoulas*

LISBOA



*Manuela Ferreira Leite*

FARO



*Jorge Bacelar Gouveia*

PORTALEGRE



*Cristóvão Crespo*

GUARDA



*António Carlos Peixoto*

PORTO



*José Pedro Aguiar Branco*

LEIRIA



*Teresa Morais*

SANTARÉM



*José Pacheco Pereira*

SETÚBAL



*Fernando Negrão*

AÇORES



*João Bosco Mota Amaral*

VIANA DO CASTELO



*José Eduardo Martins*

MADEIRA



*Alberto João Jardim*

VILA REAL



*António Montalvão Machado*

EUROPA



*Carlos Gonçalves*

UISEU



*José Luís Arnaut*

FORA DA EUROPA



*José Cesário*

No 20º aniversário do “Diário Económico”

## «Transformar Portugal», uma conferência da Doutora Manuela Ferreira Leite

Começo por felicitar o Diário Económico pelo seu 20º Aniversário e desejar-lhe um futuro longo e digno dos princípios que estiveram na base do seu nascimento.

Quero agradecer o convite que me dirigiram para participar nesta Conferência e que intitularam “Transformar Portugal”.

Devo dizer que me surpreendeu este título.

É que este tema, escolhido pelo Diário Económico, tem subjacente a ideia de que hoje, o País, não nos agrada.

E é talvez por isso que não se utilizou, por exemplo, o conceito de “evolução”, como seria natural e lógico relativamente à expectativa futura de um País em que os cidadãos, de um modo geral, estivessem satisfeitos.

Ou poder-se-ia ter usado a palavra “mudança” que pressupõe alterações, mas não necessariamente drásticas.

A palavra “transformar” sugere que o essencial está errado e que é necessário mudar de rumo.

Por isso, o tema desta Conferência surpreendeu-me, mas não me espantou, porque é aquele que traduz o sentimento generalizado dos cidadãos.

Na verdade, Portugal vive hoje não só uma crise económica, mas também uma crise política, institucional e de valores.

Não podemos ignorar que há uma descrença profunda na classe política, nas suas opiniões e nas suas propostas.

E, no entanto, fazer política é uma coisa muito séria, não é um mero jogo fechado que só diz respeito aos Partidos políticos.

Quantas vezes já ouvimos dizer “Não me interessa a política, isso é

lá com eles?” como se a política não dissesse respeito a cada um de nós, como se a política não fosse uma actividade que deve ser exercida com cada um de nós.

Neste sentido, uma questão fundamental a ponderar é porque é que se deu esta desvalorização da acção política e dos políticos?

Sem dúvida que uma das razões é a percepção de que os políticos deixaram de ter no centro das suas preocupações os cidadãos e os seus problemas, para passar a considerar sobretudo os seus interesses partidários ou pessoais.

Além disso, ganhou-se o hábito de comentar o curto prazo e ignorar as questões de fundo.

Por isso, as pessoas reagem com indiferença ou até desprezo ao que os políticos dizem.

Todos sentimos que fazer política com o recurso permanente a promessas é uma arma eficaz do ponto de vista eleitoral, mas que tem sido mortífera para a credibilidade dos políticos.

Ora, o crédito dos políticos é um factor indispensável para gerar a confiança necessária para enfrentar o futuro e mobilizar os Portugueses.

Não é uma tarefa fácil, tanto mais quanto muitos esperam e reclamam que os políticos se comportem e actuem precisamente de acordo com os modelos que os fez cair em descrédito.

É um círculo vicioso que é necessário quebrar.

A verdade é que a política só vale a pena se tiver no centro das suas preocupações contribuir para um mundo melhor e, dessa forma, ajudar a que as pessoas sejam mais felizes.

E para isto não basta dizer o que o País precisa.





### «É essencial legislar menos, e legislar de forma criteriosa e precisa!»

Aquilo que é preciso é criar as condições para que todos tenham o seu espaço e a sua oportunidade de realização.

O mesmo é dizer que seja um País onde a liberdade e a responsabilidade sejam indissociáveis e em que o Estado respeite a iniciativa e a criatividade dos cidadãos e das empresas.

Um País em que o plano dos negócios não se confunda com o plano político e em que as empresas tenham o seu campo de iniciativa, uma concorrência saudável e transparente, sem desconfianças nem suspeitas.

Um País, em que todos tenham oportunidade de desenvolvimento num ambiente de competitividade, inovação e criatividade, mas também do rigoroso cumprimento do quadro legal e ético em que concorrem.

Um País em que o Estado não queira tomar conta de tudo, substituindo-se a todos – empresas e cidadãos –, criando uma enorme dependência do poder.

Um País em que as instituições mereçam o respeito e a confiança das pessoas e cumpram com isenção as funções para que foram criadas.

Um País em que quem prevarica seja punido e em que o mérito seja recompensado.

Um País só progride se as pessoas se sentirem livres para fazer tudo aquilo que a lei não proíbe, em vez de ser a lei a desenhar todos os contornos do que é permitido.

A lei tem de estabelecer proibições; não tem de enunciar autorizações.

Um dos pontos mais importantes e que nem sempre é referido com a dimensão que merece é a questão da quantidade e da qualidade legislativa.

Considero que é essencial legislar menos, legislar de forma criteriosa e de forma precisa.

Na verdade, está instalada a prática de recorrer à produção de leis para resolver os problemas, em vez de se criarem as condições para que, na prática, os problemas se resolvam.

A verdade é que à medida que os problemas resistem a ser resolvidos, vai-se mudando sucessivamente a lei, com introdução de exceções

ou revogações parciais.

Tudo num emaranhado tal que quase diria que a proliferação legislativa atingiu foros de calamidade.

E isto não é uma questão menor ou uma questão meramente técnica.

Pelo contrário.

Tem implicações profundas na forma de funcionamento da sociedade.

Um quadro legislativo simples, claro e estável, escrito com transparência, resulta do respeito pelos cidadãos e inspira confiança.

Contribui para reduzir a conflitualidade e, só assim, os empresários poderão arriscar e, acima de tudo, só assim é que em consciência, se poderá responsabilizar as pessoas.

Uma lei obscura, confusa e instável é tão grave para a democracia, como um sistema de justiça ineficaz.

Constitui mesmo uma fonte dos problemas na área da justiça, como tem sido referido por vários operadores judiciais.

Para além disto, a produção legislativa caótica e incongruente, alimenta como se sabe o fenómeno da corrupção que deve começar por ser combatida mais na sua origem do que nos seus efeitos.

### «Não há sucesso político, sem acompanhamento de política económica de resultados positivos»

Nenhuma estratégia política será bem sucedida se não for acompanhada por uma política económica cujos resultados sejam positivos.

Mas para que a política seja bem sucedida, tem de partir de um conhecimento exacto da situação.

Ninguém desconhece que a economia portuguesa se caracteriza por debilidades estruturais que se revelam na falta de competitividade, num elevado endividamento e num peso e influência excessiva do Estado.

Por isso, Portugal conheceu na última década uma descida significativa do crescimento potencial do seu produto, ou seja, viu reduzida a capacidade de crescimento da economia.



Ao não ser capaz de acompanhar o crescimento europeu e mundial, entrou num processo de empobrecimento relativo.

Para além disto, verificou-se, na última década, uma redução drástica do nível de poupança das Famílias, das Empresas e do Estado, um aumento do consumo e um elevado nível de investimento, o que nos tornou mais dependentes da poupança externa.

Desde 1996 que vivemos acima das nossas capacidades.

Agravou-se, mesmo antes da crise, o défice externo e a dívida externa, a ponto de ser impossível manter esta situação, mesmo sendo Portugal um País da Zona Euro.

Nos últimos 4 anos descemos 18 lugares no ranking internacional de competitividade, cuja consequência mais dramática é o nível do desemprego.

As instituições internacionais perspectivam que a situação se agravará pelo menos até 2010.

No momento actual esta questão traduz-se em seguir uma política que consiga efectivamente fomentar a competitividade, para que o País possa usufruir dos benefícios resultantes da globalização e da integração europeia.

Portugal enfrenta actualmente uma crise financeira que, embora em vias de ser ultrapassada, não pode ser ignorada, e uma crise económica.

Na resposta à crise financeira, qualquer Governo deverá ter como objectivo garantir a confiança e a estabilidade do sistema financeiro, decisivas para o funcionamento da economia.

É uma questão que deve continuar a ser prioritária e a ser atentamente seguida.

Se o problema do risco sistémico parece do momento ultrapassado, em 2009 e 2010 existirão riscos específicos, porque vai aumentar o risco de crédito do sistema financeiro internacional e nacional, sendo previsível o agravamento das condições de concessão de crédito, para o Estado, Empresas e Famílias.

Numa primeira fase, a crise financeira teve impacto na economia, agora será a crise económica que terá impacto no sistema financeiro, o qual será tanto mais sensível quanto maior for o endividamento dos agentes económicos.

Embora seja remota a necessidade, o Estado deverá estar preparado para reagir, nomeadamente através da emissão de garantias aos bancos para possibilitar o refinanciamento internacional da sua dívida ou da realização de dotações de capital para repor rácios de solvabilidade.

É evidente que, em simultâneo, o Banco de Portugal deverá reforçar a sua actividade de supervisão.

Um aspecto relevante para a economia do País, e que deve ser seguido com atenção, é a evolução do rating dos bancos portugueses, que determina o preço a que se financiam internacionalmente.

Deverão merecer um acompanhamento estreito os riscos resultantes da recessão, a possibilidade de aumentarem os riscos actuariais dos fundos de pensões e a eventual dificuldade de captação de recursos nos mercados internacionais para reforço dos capitais próprios.

Para além das iniciativas de curto prazo, para responder à conjuntura, é decisivo no âmbito da política económica, promover iniciativas com impacto a médio e longo prazo, promovendo a capacidade competitiva do país e preparando-o para recuperar o crescimento.

A resposta à crise deverá orientar-se para o reforço da competitividade das PME's, com medidas com as que já há muito divulgámos; daqui resultará, em boa parte a defesa e promoção do emprego. Para além disso, deverão ser privilegiados os investimentos públicos de proximidade.

### **Desemprego e recuperação: o papel das PME e as medidas a adoptar**

No entanto, o problema do desemprego deve ser pano de fundo para todas as medidas a adoptar.

Para isso, é preciso proteger as PME's, que são a maior fonte criadora de emprego no nosso País.

O objectivo desta política é claro: contribuir para ajudar as PME's a ultrapassar as dificuldades que actualmente as afectam, fortalecê-las e contribuir para a manutenção do emprego.

De facto, a principal dificuldade das PME's é a tesouraria, aliada ao facto de estarem, em geral, muito endividadas.

É precisamente nestes dois pontos que reside a maior queixa dos empresários a qual, a manter-se, pode prejudicar fortemente as oportunidades que surjam com a retoma, por exemplo, terem encomendas e não poderem comprar matérias primas para as satisfazer por falta de disponibilidade de tesouraria.

É por isso que dizemos que esta questão não se resolve apenas com a abertura de linhas de crédito a que, ainda por cima, poucas têm acesso e, só por isto, esta solução não serve os objectivos.

É por termos a clara consciência deste problema e da urgência de o resolver que propomos que o Estado altere o seu procedimento quanto aos sistemáticos atrasos nos pagamentos às Pequenas e Médias Empresas e lhes pague as suas dívidas.

O plano anunciado pelo Governo para resolver esta questão está recheado de burocracia, o que faz com que o efeito prático não seja relevante.

É também para aliviar as dificuldades de tesouraria que propusemos o pagamento do IVA no momento da emissão da factura. À semelhança do que já existe em alguns Estados Membros da União Europeia, propõe-se um regime especial, de carácter opcional, em que o imposto seja contabilizado com base nos pagamentos e recebimentos efectivos.

Propomos ainda a possibilidade da compensação de créditos entre o Estado e as Empresas.

É também neste contexto que se considera já não ter razão de ser o Pagamento Especial por Conta, tanto mais que a eficácia fiscal é hoje plenamente satisfatória.

Esta política consubstancia uma orientação substancialmente diferente da que tem vindo a ser executada.

Uma coisa é olhar a realidade económica, outra bem diferente é só se preocupar com a intervenção do Estado.

Isto é patente quando o Governo insiste na defesa dos mega projectos, apesar do insuportável nível de endividamento externo, que se verifica hoje em Portugal.

O Governo, com as suas propostas de despesa pública, reforça a intervenção do Estado, retirando deste modo poder aos cidadãos e às empresas.

Considero é que cabe às empresas decidir como devem orientar os recursos acrescidos que lhes são postos à disposição pelas medidas de combate à crise.

É a diferença entre ser o Estado a orientar as empresas ou deixar que as empresas se orientem por si, como propomos, confiando na iniciativa e na capacidade dos empresários e respeitando a sua autonomia.

### **«É fundamental tomar decisões que permitam preparar o futuro!»**

Paralelamente às medidas anti-crise, é fundamental tomar decisões que permitam preparar o futuro. Preparar o novo ciclo de crescimento. Assim, às iniciativas de curto prazo para responder à conjuntura, é decisivo juntar iniciativas com impacto a médio e longo prazo, para tirar o máximo partido da recuperação quando esta se iniciar nos Estados Unidos e na Europa.

Deverão ser definidas as políticas públicas que permitam responder estruturalmente a três grandes questões:

- Dinamização da produtividade e do crescimento económico, e aumento do emprego;
- Controlo do défice público e estabilização da dívida pública;
- Controlo do défice externo e estabilização da dívida externa.

Ao Estado deve competir criar as condições necessárias para que as empresas se desenvolvam autonomamente.

Deve actuar de modo a eliminar os constrangimentos que limitam a sua actividade.

De entre esses constrangimentos, elejo como prioritária a melhoria do sistema de justiça, causa limitativa de criação de investimento nacional e estrangeiro.

Os outros constrangimentos importantes são a burocracia, a formação e o sistema fiscal.

É necessário definir uma estratégia credível de sustentabilidade orçamental para a próxima legislatura, pelo que a avaliação rigorosa das contas públicas e dos compromissos assumidos a médio e longo prazo deve constituir um ponto de partida.

Não sendo possível, a curto prazo, reduzir a carga fiscal, deve iniciar-se a tarefa de simplificação do sistema fiscal, de modo a reforçar as garantias dos cidadãos.

Em complemento do programa de apoio às PME deverão ser avaliadas, em colaboração com as Associações Empresariais, as condições que permitam reforçar a competitividade e a capacidade exportadora do sector empresarial nacional.

O aumento das exportações é decisivo e tem de ser uma prioridade central da política económica, sendo para o efeito fundamental criar um enquadramento favorável às empresas exportadoras.

## Imperiosa renovação do tecido empresarial

Quando se discute política económica, existe a tendência de concentrar o discurso nas empresas que já existem.

Uma economia que não assegure a renovação do seu tecido empresarial, acaba por estagnar, envelhecer e definhar.

Por isso, o apoio e fomento ao empreendedorismo é essencial e deve começar na escola.

É preciso promover a economia do futuro.

Deverão ser lançados programas que promovam o desenvolvimento de novas indústrias e serviços da economia do futuro, em que sectores como as comunicações, a energia, o ambiente, o mar, a recuperação do património histórico e cultural (como fonte de dinamização do turismo), e a fileira florestal, terão uma importância crescente.

A transformação de Portugal terá de ser essencialmente económica, o que implica uma maior autonomia e confiança para arriscar por parte do sector empresarial e uma outra atitude por parte do Estado. O Estado deve levar muito a sério o seu papel de regulador e facilitador e nunca o de intrusivo criando dependências, incertezas e receios múltiplos na iniciativa privada.

Trata-se, afinal, de criar um novo clima, propício à actividade empresarial e ao desenvolvimento.

Só com crescimento se conseguirá promover maior justiça social, apoiar os mais desfavorecidos e garantir a estabilidade na segurança social.

Na fase difícil de quase emergência social em que nos encontramos, a sociedade não deve eximir-se a apoiar quem mais precisa até ultrapassar este período.

Mas a este propósito não posso deixar de chamar a atenção para o seguinte: o Estado não dá nada. O Estado distribui, de acordo com determinados critérios e orientações políticas, aquilo que os cidadãos lhe entregam como fruto do seu trabalho.

Portanto, a atribuição dos apoios sociais tem que ser criteriosa e tem que haver um juízo muito crítico em relação ao acesso a estes subsídios.

É bom que se tenha a consciência de que por cada pessoa que recebe indevidamente um apoio, há certamente alguém necessitado que não recebeu o suficiente.

O conceito de apoio social não pode continuar associado a um donativo ou a uma benesse de um Governo generoso, pois trata-se de uma cadeia de solidariedade que a todos responsabiliza.

Sem esta consciência cívica todo o sistema será difícil de controlar.

É também por isto que por cada benefício acrescido deve ser dito à população de onde vêm os recursos, qual o seu impacto, e como é que os vamos manter, sob pena de se frustrarem expectativas ou de se criar a falsa ideia de que os recursos caem do céu.

Por isso, todos os apoios sociais têm que ter em conta a dignidade das pessoas mas têm também de ser um estímulo para a sua independência e autonomia.

## «A transformação de Portugal é um trabalho cívico de todos nós!»

A política a seguir é tanto mais difícil quanto as medidas que têm de ser tomadas devem ser compreendidas por todos. O que não pode acontecer é que a sua aplicação seja à custa de estimular a conflitualidade entre vários sectores sociais.

Portugal não se transforma se se exacerbarem os sentimentos negativos da inveja e da desconfiança.

Neste contexto, não considero aceitável, por exemplo, que os responsáveis políticos falem em “privilégios” que têm uma conotação negativa ou que utilizem na sua linguagem dicotomias como “ricos e pobres”.

São formas de falar que, em vez de mobilizar as pessoas e as tornar solidárias, divide-as e geram hostilidade.

A transformação do País tem de ter como pano de fundo uma maior robustez empresarial, maior capacidade de iniciativa, mais consciência cívica, mais justiça social, maior autonomia dos jovens e uma criteriosa gestão dos recursos públicos.

A transformação profunda é um trabalho de convicção e persistência, resultado de uma acção política mobilizadora que cativa as pessoas para as propostas feitas com seriedade.

As transformações não se podem fazer contra as pessoas, o que não quer dizer que não tenha de se vencer resistências ou receios infundados.

No entanto, as mudanças que transformam são aquelas de que as pessoas são parte.

Porque são as pessoas que transformam o país, não os Governos.

As pessoas é que são os agentes de mudança e são essas as transformações que persistem e que marcam o rumo dos Países.

Por isso mesmo, ninguém pode, em consciência, sentir-se excluído desta tarefa.-

MFL, 29-07-09

